



DICIONÁRIO DE
HISTÓRIA DA
I REPÚBLICA E DO
REPUBLICANISMO
VOLUME III: N-Z

coleção PARLAMENTO

DICIONÁRIO DE
HISTÓRIA DA
I REPÚBLICA E DO
REPUBLICANISMO
VOLUME III: N-Z



FICHA TÉCNICA

Título **Dicionário de História da I República e do Republicanismo. Volume III – N-Z**

Coordenação científica

Ana Paula Pires (Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa)

Carlos Cordeiro (Centro de Estudos Gaspar Frutuoso da Universidade dos Açores)

David Luna de Carvalho (Centro de Estudos de História Contemporânea do ISCTE)

Ernesto Castro Leal (Centro de História da Universidade de Lisboa)

Hélder Adegar Fonseca (NICPRI – Núcleo de Investigação em Ciência Política e Relações Internacionais)

Manuel Loff (Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa e Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

Maria Fernanda Rollo (Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa)

Paulo Fontes (Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa)

Rui Ramos (Instituto de Ciências Sociais)

Vitor Neto (Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra)

Coordenação geral

Maria Fernanda Rollo (Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa)

Edição Assembleia da República – Divisão de Edições

Revisão e índices Assembleia da República – Divisão de Edições (Conceição Garvão, Maria da Luz Dias, Noémia Bernardo, Paula Crespo, Susana Oliveira, Teresa Fonseca)

Capa e design Nuno Timóteo

Paginação e pré-impressão Textype e Ana Rita Charola

Impressão Rainho & Neves, Lda

Tiragem 600 exemplares

ISBN 978-972-556-556-8 (obra completa)

ISBN 978-972-556-559-9 (volume III)

Depósito legal 366 586/13

Lisboa, outubro 2014

© Assembleia da República

Direitos reservados nos termos do artigo 52.º da lei n.º 28/2003, de 30 de julho.

www.parlamento.pt

o seu ideário expressa um nacionalismo provinciano e regressivo. No entanto, os esforços que fez no sentido de interpretar a «psique portuguesa» são de louvar. Sem formação filosófica e uma verdadeira doutrina política, não nos poderia deixar uma obra consistente a esse nível. Daí se compreendam as ruturas de António Sérgio, em nome do racionalismo filosófico, por um lado, e de Fernando Pessoa, em nome do cosmopolitismo e da modernidade por outro, com o saudosismo. Enquanto movimento cultural, sustentado por um grupo de intelectuais numeroso, o saudosismo não era a expressão cultural que convinha à I República e não contribuiu, pelo menos significativamente, para a consolidação do regime. No entanto, o analfabetismo da esmagadora maioria dos cidadãos também não estimulava os intelectuais no exercício de uma atividade cultural significativa. O grupo do *Orpheu*, na Lisboa da época, ilustra bem a decadência cultural de uma sociedade envolvida em conflitos políticos, sociais e religiosos quase permanentes.

Bibliografia: CATROGA, Fernando e CARVALHO, Paulo A. M. Archer, *Sociedade e cultura portuguesas II*, Lisboa, Universidade Aberta, 1996; LOURENÇO, Eduardo, *O labirinto da saudade. Psicanálise mítica do destino português*, Lisboa, D. Quixote, 1978; PASCOAIS, Teixeira de, *Arte de ser português*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1.ª ed., 1991.

[Vitor Neto]

SEARA NOVA (GRUPO)

O Grupo Seara Nova agregou em 1921 um conjunto de prestigiados intelectuais com obra feita e vontade de intervir civicamente na vida da I República, com o objetivo de criar um vasto movimento de opinião pública que impusesse aos políticos e partidos republicanos um plano de reformas institucionais, económicas e educativas a realizar por governos estáveis e competentes. Resultou de um dos grupos que se reuniam habitualmente desde 1919 na Biblioteca Nacional com Jaime Cortesão e Raul Proença, integrando, além destes, Câmara Reys, Aquilino Ribeiro, Raul Brandão, os pedagogos Ferreira de Macedo e Faria de Vasconcelos, bem como o professor de agronomia Mário de Azevedo Gomes, entre outros. As suas primeiras reuniões devem ter ocorrido em finais de 1919 e princípios de 1920. Mais do que da publicação de uma revista, tratava-se nesta fase de elaborar «um programa mínimo de realizações nacionais, em que pudessem colaborar todos os elementos sinceros e sãos da coletividade» (Câmara Reys, *Seara Nova*, n.º 513). Em breve, porém, se dão conta da necessidade de «fundar uma revista de doutrina e crítica e organizar uma secção editorial» como instrumentos mais adequados para levarem por diante uma persistente campanha propagandística em torno da prioridade da revolução espiritual das elites e uma paciente ação pedagógica de persuasão junto da classe política republicana. Em maio de 1921, a empresa constituída para o efeito faz a sua apresentação pública num folheto de 12 páginas em que anuncia o lançamento a breve prazo da revista *Seara Nova*, com a indicação dos nomes do seu corpo diretivo e dos seus colaboradores e a publicação da sua declaração de princípios, a qual, com

algumas alterações e acrescentos, seria reproduzida no primeiro número da revista. O binómio da criação de uma «elite consciente» e de uma «opinião pública exigente» impunha-se como o principal objetivo a atingir. A 15 de outubro desse ano sai então o n.º 1 da revista, com periodicidade quinzenal nesta fase, com 32 páginas, 13 das quais redigidas por Raul Proença, sem dúvida o principal animador do grupo e da sua revista, cujo núcleo duro era formado por ele, Cortesão e Câmara Reys, cabendo a este último as tarefas administrativas e o planeamento editorial. No corpo diretivo da revista figuravam ainda Faria de Vasconcelos e Ferreira de Macedo, o primeiro grande especialista em questões pedagógicas e o segundo principal dinamizador da Universidade Popular fundada em 1919, os escritores Raul Brandão, Aquilino Ribeiro e Augusto Casimiro, com colaborações predominantemente literárias, e ainda o jovem Azeredo Perdigão (n. 1896), que escreveria sobre questões económico-financeiras durante o primeiro ano da revista. Na prática, porém, destes nomes, apenas o de Faria de Vasconcelos se empenharia a fundo, juntamente com o núcleo duro, no trabalho do Grupo, vindo os restantes a abandonar a direção em abril de 1923, na remodelação provocada pela entrada de António Sérgio. Mais importantes do que eles para a elaboração das propostas do Grupo, nomeadamente na área económico-financeira, serão Ezequiel de Campos e Quirino de Jesus, personalidades estas que tenderiam a secundarizar a questão do regime político para privilegiarem as reformas económicas e financeiras. Nunca, aliás, integrariam formalmente o Grupo. Residiria aqui, aliás, uma das suas principais debilidades, já que nem Proença, nem Cortesão, nem Reys, nem mais tarde Sérgio estavam em condições de elaborar programas nessas áreas, remetendo-se a vagas formulações sobre a necessidade do combate à plutocracia dominante através de uma maior intervenção do Estado na economia. O Grupo Seara Nova nascia, assim, sob o signo de uma heterogeneidade ambígua, mau grado a aposta comum na prioridade estratégica da criação de uma nova elite intelectual e de uma opinião pública nacional suprapartidária, capazes de imporem aos políticos um conjunto de reformas estruturais nos planos institucional, económico, financeiro, educativo e social. Desde o início, o Grupo Seara Nova viverá confrontado com uma dupla e inevitável dificuldade: como compatibilizar a independência e o magistério doutrinário de caráter suprapartidário com a intervenção prática no rumo dos acontecimentos políticos, e como conciliar a urgência das reformas a introduzir com a morosidade do processo de criação de uma nova elite e do movimento de opinião pública pelo qual aquela imporia o seu plano de reformas? Uma tal dupla dificuldade irá acompanhar e condicionar em permanência a atuação política do Grupo, obrigando-o a oscilar entre formas de intervenção mais imediatistas – como as que o levam a participar em 1923-1924 no governo de Álvaro de Castro, ao arrepio das suas posições iniciais – e formas de intervenção mais doutrinárias e distanciadas do múnus político, visando o longo prazo como a organização de frentes heteróclitas de intelectuais –, bem como entre o reconhecimento da necessidade de uma ditadura transitória, obtida de preferência por meios parlamentares, para viabilizar de imediato um programa mínimo de reformas, e a desconfiança e mesmo o temor de soluções de força, cujas consequências seriam incontroláveis. As frentes de intelectuais como Grupo de Propaganda e a Ação Republicana, em 1922, e a União Cívica, em 1923, em breve se revelarão um fracasso

e os apelos ao presidente Teixeira Gomes e a Bernardino Machado também não surtirão efeito algum. A participação no governo com as pastas da Instrução Pública, confiada a Sérgio, da Agricultura, entregue a Mário de Azevedo Gomes, e da Guerra, a cargo de Ribeiro de Carvalho, revelar-se-á efémera e confirmará a dificuldade de governar no quadro parlamentar vigente. O apoio indireto do Grupo ao governo de José Domingues dos Santos em 1924-1925 não evitará que este soçobre ao fim de três meses. Tanta instabilidade acentua dentro do Grupo a propensão para aceitar a solução ditatorial, ainda que transitória e sujeita ao sancionamento do Parlamento. Nas eleições legislativas de novembro de 1925, o Grupo tenta a formação de um «cartel» alargado das esquerdas em Lisboa e no Porto, com a Esquerda Democrática de José Domingues dos Santos, os radicais e os socialistas, que permite a eleição de Ezequiel de Campos. E em dezembro consegue eleger Jaime Cortesão para a vereação da Câmara de Lisboa. Com a eleição de Bernardino Machado em finais de 1925, os seareiros voltam a insistir no apelo ao presidente para que nomeie um governo nacional de competências. Sem êxito, dado que este reconduz António Maria da Silva. O Grupo passa então a apresentar propostas concretas de reforma das instituições e particularmente do Parlamento, até porque o Congresso eleito em novembro de 1925 dispunha de poderes constituintes. Entre essas propostas, figuravam a da substituição do Senado por uma segunda Câmara de caráter técnico e de representação de grupos profissionais e atividades económicas, a adoção do método de representação proporcional, a aprovação obrigatória do orçamento num prazo razoável e garantias de estabilidade para o executivo. Perante o silêncio do Parlamento, o Grupo Seara Nova tenta ainda uma dupla via de pressão: estabelece contactos com elementos dos diferentes partidos parlamentares, da esquerda à direita, com vista à constituição de um «bloco de resistência democrática contra a ditadura e a corrupção» e promove, paralelamente, um outro movimento com sindicalistas, socialistas e outros elementos democráticos, liberais e socializantes, com vista a uma mobilização popular análoga à levada a cabo por Mussolini em 1919, mas com ideias inteiramente diferentes, porque inspirada por uma «mística democrática» e não fascista. Em breve se apercebe, porém, da falta de condições para tal. Tenta ainda, num derradeiro esforço, contactar diretamente com o público, através de conferências e debates pelo país, como as da semana de propaganda antifascista em Lisboa e as realizadas em Coimbra, entre março e abril de 1926. Falha, porém, a tentativa de lançar um grande diário independente e livre das tutelas dos partidos e grupos financeiros, apesar de ter reforçado a periodicidade da revista, agora semanal. Proença volta então a afirmar-se como a figura de proa do grupo, aliando, como nenhum outro, o combate ideológico-doutrinário com a intervenção política, com o apoio agora dos três colaboradores mais jovens da revista: José Rodrigues Miguéis, David Ferreira e Mário de Castro. O Golpe Militar do 28 de Maio de 1926 não surpreende o Grupo, mas merece-lhe uma resposta algo ambígua, através de uma «nota oficiosa» que, sem condenar explícita e abertamente o golpe, equaciona as duas hipóteses que então se abrem aos seareiros: a do apoio a «um governo excecional e com liberdade de ação, composto de competências, o qual tenha por objeto realizar as reformas essenciais, estabelecer a moralidade administrativa e fazer uma obra de educação cívica, a fim de preparar a possibilidade de um insofismado regime de instituições

democráticas, adaptadas às necessidades do nosso tempo»; a da reprovação de «um governo com a tendência a firmar um regime antiliberal e o predomínio de classe, e a não respeitar a liberdade de consciência sob todas as suas formas» (*Seara Nova*, n.º 90, 3 de junho de 1926). Com a evicção de Cabeçadas por Gomes da Costa, a 17 de junho, que suscita a presença no Quartel do Carmo dos seareiros Jaime Cortesão e Aquilino Ribeiro, tudo se torna mais claro para o Grupo, que, ainda assim, continua a insistir na formação de um governo nacional de competências, para cuja chefia propõe o nome prestigiado do almirante Gago Coutinho, num último apelo que não obteria qualquer eco. Afastado Gomes da Costa por Carmona, acentua-se a censura sobre a revista, impossibilitada de publicar um só número entre 15 de julho e 12 de agosto e a suspender a sua publicação até 14 de abril de 1927, com os seus principais diretores Sérgio, Proença e Cortesão no exílio – o primeiro ainda antes da revolução de fevereiro de 1927, os dois últimos em consequência da ativa participação que tiveram na que foi a primeira e mais violenta tentativa de derrube da Ditadura Militar. O Grupo Seara Nova perdia assim as condições mínimas para poder continuar a ter uma intervenção cívica na vida política, com a sua estratégia derrotada pelos factos, o seu principal instrumento de atuação amordaçado pela censura e os seus membros dispersos, ainda que em boa parte colaborando com a Liga de Paris nas sucessivas tentativas de derrube da Ditadura. Nem por isso deixou de configurar a derradeira e mais sustentada tentativa de levar por diante um projeto de intervenção das elites intelectuais na política, centrado na crença iluminista no poder das ideias na transformação da sociedade e dos homens e na eficácia a prazo do método persuasivo e dos seus meios pedagógico-propagandísticos. Viu-se, porém, condenado à impotência junto dos políticos do seu tempo e ao fracasso no apoio das elites intelectuais suas contemporâneas, bem mais sensíveis às ideias autoritário-conservadoras numa primeira fase e também ao marxismo a partir dos anos 30. Mesmo depois do regresso de Sérgio em 1933, com Cortesão no exílio até 1939 em Espanha e logo depois no Brasil, com Proença internado em 1932 no Hospital Conde de Ferreira no Porto, dificilmente se poderá falar na continuação do Grupo Seara Nova. Cada um dos seus membros vê-se obrigado a remeter-se a uma intervenção individual no âmbito dos movimentos de oposição, ainda que a designação de «seareiro» venha a perdurar para designar as sucessivas gerações de responsáveis pela revista *Seara Nova* até à revolução de 25 de Abril de 1974.

[António Reis]

SEBASTIANISMO (MOVIMENTOS SOCIAIS)

A expressão *Sebastianismo* foi muito utilizada durante a I República em todo o território do continente português, especialmente para aludir a tentativas de restauracionismo monárquico num sentido depreciativo.

Na ilha da Madeira, porém, essa expressão foi utilizada para nomear o reaparecimento da ancestral profecia, consubstanciada em ações coletivas de tipo milenarista.